



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 110/2021

Número de referência: SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP - HC

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA : Acesso a informações sobre se os empregados (CLT, art. 2º e 3º) da Autarquia recebem quinquênios e sexta-parte da Constituição do Estado de São Paulo (art. 129). Ausência de resposta. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 110/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP - HC, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre se os empregados (CLT, art. 2º e 3º) da Autarquia recebem quinquênios e sexta-parte da Constituição do Estado de São Paulo (art. 129).
2. O silêncio do órgão motivou o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão ficou-se silente.
4. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, veio dar concretude ao direito à informação previsto no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.
5. Deve-se consignar que tal direito se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações dos cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar, ou a incompetência do órgão para se manifestar, que não é o canal adequado para atender a solicitação.
6. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa e imotivada à demanda efetuada.
7. Assim, imprescindível que o ente público se manifeste quanto à específica demanda do solicitante, fornecendo as informações requeridas em sua integralidade, desde que existentes, ou explicitando a motivação da negativa do acesso aos dados requeridos, em

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



vista da existência de restrição para o acesso solicitado, fundamentado na legislação vigente.

8. Diante do exposto, constatado o não atendimento da demanda até o presente momento e ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da referida Lei federal nº 12.527/2011, e no artigo 20, incisos I e IV, do citado Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do mesmo Decreto, adotar as providências necessárias para dar cumprimento às disposições da Lei de Acesso à Informação - LAI e do aludido Decreto.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado